



**Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.**

**Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações financeiras 3

Balancos patrimoniais 5

Demonstrações dos resultados 6

Demonstrações dos resultados abrangentes 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2026, da Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Morgan Stanley Corretora**”).

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Morgan Stanley está sendo apresentado juntamente com as publicações das Demonstrações Financeiras do Banco Morgan Stanley (líder do Conglomerado).

I. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Entre os acontecimentos que marcaram o semestre, destacam-se:

a) Patrimônio Líquido e Resultado no Semestre

• Aumento do Capital Social

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 144.409 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) mediante a emissão de 144.409.442 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e quarenta e duas) novas ações ordinárias, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 26 de junho de 2026.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente. A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, aprovou ainda a não distribuição desses dividendos.

• Resultado no Semestre

A Morgan Stanley Corretora registrou Lucro Líquido no semestre de R\$ 139.445 mil, correspondente a R\$ 0,08 por ação e rentabilidade no semestre, anualizada, sobre o patrimônio líquido final de 11,63%.

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b) Volume de Negócios

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o volume financeiro de negócios executados pela Morgan Stanley Corretora permaneceu em patamares elevados com relação aos volumes totais negociados na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

II. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO (ACORDO DA BASILÉIA)

O índice da Basiléia em 30 de junho de 2026 é de 28,73% .

III. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>.

IV. POLÍTICA DE EQUIDADE

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de indicadores relacionados à política de equidade, a Corretora divulga periodicamente o Relatório de Transparência Salarial, o qual evidencia sua prática de remunerar de forma equitativa homens e mulheres que desempenham funções equivalentes no Brasil e no exterior. As informações requeridas são divulgadas no Relatório de Transparência Salarial, disponibilizado publicamente no endereço eletrônico: [https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/informacoes-regulatorias/morgan-stanley-corretora-de-titulos-e-valores-mobiliario/Relatorio de Transparencia e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens](https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/informacoes-regulatorias/morgan-stanley-corretora-de-titulos-e-valores-mobiliario/Relatorio%20de%20Transparencia%20e%20Igualdade%20Salarial%20de%20Mulheres%20e%20Homens)

São Paulo, 26 de agosto de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6


Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

		06.2026	12.2025
	Nota		
Disponibilidades	4	296	258
Ativos financeiros	5	3.668.577	4.024.131
Ao Valor Justo por meio do Resultado		651.640	1.490.339
Operações compromissadas		-	1.111.641
Títulos e Valores Mobiliários		650.588	378.698
Instrumentos financeiros derivativos		1.052	-
Ao Custo Amortizado		3.016.937	2.533.792
Aplicação e depósitos interfinanceiros		1.880.532	956.834
Negociação e Intermediação de Valores		1.136.375	1.576.933
Recebíveis de clientes		30	25
Outros ativos	7	39.056	47.541
Ativos por impostos correntes		18.997	32.781
Ativos por impostos diferidos	8	31.699	16.062
Investimentos		1	1
Ativos imobilizados	9	32.644	5.474
Total do ativo		3.791.270	4.126.248
Passivos financeiros	10	1.163.748	1.575.578
Ao Valor Justo por meio do Resultado		204	-
Instrumentos financeiros derivativos		204	-
Ao Custo Amortizado		1.163.544	1.575.578
Negociação e Intermediação de Valores		1.134.745	1.575.578
Obrigações por empréstimos e repasses		28.799	-
Passivos por impostos correntes		113.902	83.125
Outros passivos	11	117.634	355.414
Patrimônio líquido	13		
Capital		2.165.801	2.021.391
Outras reservas e resultados acumulados		230.185	90.740
Total do patrimônio líquido		2.395.986	2.112.131
Total do passivo e patrimônio líquido		3.791.270	4.126.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findo em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	Nota	06.2026	06.2025
Receitas da intermediação financeira		<u>165.309</u>	<u>130.881</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		162.688	130.881
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2.621	-
Despesas da intermediação financeira		<u>(265)</u>	<u>-</u>
Despesas com empréstimos e repasses		(265)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>165.044</u>	<u>130.881</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>66.738</u>	<u>23.509</u>
Receitas de prestação de serviços	17.a	187.165	148.266
Despesas de pessoal	17.d	(108.536)	(101.248)
Outras despesas administrativas	17.b	(40.886)	(38.602)
Despesas tributárias	17.c	(27.909)	(21.219)
Outras receitas/despesas operacionais	17.e	56.904	36.313
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>231.782</u>	<u>154.390</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(92.337)</u>	<u>(61.740)</u>
Provisão para imposto de renda	12	(67.326)	(45.186)
Provisão para contribuição social	12	(40.648)	(27.182)
Ativo fiscal diferido	12	15.637	10.628
Lucro líquido do semestre		<u><u>139.445</u></u>	<u><u>92.651</u></u>
Quantidade de ações (em milhares)		<u><u>1.857.141</u></u>	<u><u>839.474</u></u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u><u>0,08</u></u>	<u><u>0,11</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	06.2026	06.2025
Lucro líquido do semestre	139.445	92.651
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Efeito tributário	-	-
Resultado abrangente total no semestre	<u>139.445</u>	<u>92.651</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.041.918</u>	<u>95.931</u>	<u>751.088</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>1.888.853</u>
Mudança na adoção inicial 4.966					84		84
Saldos em 01 de janeiro de 2025		<u>1.041.918</u>	<u>95.931</u>	<u>751.088</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.888.937</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Extraordinária de 28/04/2025	13.a	106.216	-	-	-	-	106.216
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	92.651	92.651
Proposta de destinação dos lucros:							
Reserva legal	13.c	-	4.633	-	-	(4.633)	-
Reserva estatutária	13.d	-	-	88.018	-	(88.018)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>1.148.134</u>	<u>100.564</u>	<u>839.106</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>2.087.804</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>2.021.391</u>	<u>4.537</u>	<u>86.203</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.112.131</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Extraordinária de 30/04/2026	13.a	144.410	-	-	-	-	144.410
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	139.445	139.445
Saldos em 30 de junho de 2026		<u>2.165.801</u>	<u>4.537</u>	<u>86.203</u>	<u>-</u>	<u>139.445</u>	<u>2.395.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morgan Stanley Corretora de Títulos e valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	06.2026	06.2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	139.445	92.651
Ajustes ao lucro líquido de semestre	(41.472)	50.361
Depreciações e amortizações	3.755	2.455
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	-	(84)
Variação cambial de provisões	2.004	(1.406)
Provisões com remuneração variável	45.097	36.840
Ajuste compensatório de preço de transferência	(30.910)	(35.338)
Impostos diferidos (Crédito tributário)	(15.637)	(10.628)
Imposto de renda e contribuição social	(45.781)	58.522
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais		
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.196.640)	(317.149)
Redução em outros ativos	462.823	688.426
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
(Redução) de outros passivos	(409.289)	(767.006)
(Redução) de provisões	(20.653)	(3.453)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.891)	(13.845)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(1.178.650)	(413.027)
Fluxos de caixa (utilizados) nas atividades de investimentos		
(Aquisição) de imobilizado de uso	(30.926)	-
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(30.926)	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1.111.603)	(270.015)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.111.899	873.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	296	603.059
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1.111.603)	(270.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”) foi constituída em 18 de janeiro de 2001 e tem como seus controladores as empresas MSL Incorporated e Morgan Stanley International Holdings Inc. e iniciou efetivamente suas operações em março de 2001, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas, derivativas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentares em vigor, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos. A Corretora poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. A Corretora é uma empresa integrante do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley, cujo líder é o Banco Morgan Stanley S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto.

2 Base de preparação

a. Apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas para divulgação pela administração em 26 de agosto de 2026.

b. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional da Corretora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas,

bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros - nota 6
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3 (k) e 8
- Pagamento baseado em ações - nota 3(m)
- Contingências - nota 3(n) e 16

A instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/demonstracoes-financeiras>)

e. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que, em conjunto, estabelecem as bases do novo modelo brasileiro de tributação sobre o consumo.

A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), bem como definiu as regras gerais de incidência e de operacionalização do novo sistema. A Lei Complementar nº 227/2026 instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e disciplinou, entre outros aspectos, o processo administrativo tributário aplicável ao imposto. A implementação do novo modelo ocorrerá de forma gradual, com período de transição até 2033. Para os serviços financeiros, as alíquotas combinadas da CBS e do IBS previstas para o período de 2027 a 2033 aumentarão progressivamente de 8,85% para 12,50%. No mesmo período, para os serviços atualmente sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), está prevista a redução gradual da alíquota de 5% para 3%.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia continuamente os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre as operações do Morgan Stanley no Brasil, incluindo seus processos, sistemas, controles internos e obrigações tributárias. Nesse contexto, encontram-se em andamento iniciativas de governança e adequação, com a participação das áreas relevantes, visando assegurar o cumprimento tempestivo dos novos requisitos.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, considerando as informações disponíveis e o atual estágio de regulamentação e implementação, não foram identificados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras do Morgan Stanley. A Administração continuará monitorando a evolução da regulamentação e adotará as medidas necessárias ao atendimento dos novos requisitos tributários, operacionais e de reporte.

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes

dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

b. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo nas demonstrações de resultados.

c. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

d. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizadas ou a realizar.

e. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provém da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária.

f. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (Conforme nota explicativa no. 4)

g. Instrumentos financeiros

A Corretora classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI.

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

I. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR)

Instrumentos financeiros mantidos para negociação

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra em um curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira para a qual há evidências de realização de lucros no curto prazo.

II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receita de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado.

A Corretora não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2025.

III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI do valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando a Corretora se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

A Corretora, quando aplicável, realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352.

A Corretora aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos ou com atraso superior a 90 dias. Para estes casos, os instrumentos financeiros têm o reconhecimento de juros somente pelo seu recebimento.

h. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

i. Operações com arrendamento (Arrendatário)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, que aprovou o CPC 06 (R2) de Arrendamento, foi estabelecido critério de (a) reconhecimento inicial de todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento no resultado. É determinada uma taxa de desconto que representa o custo inicial para aquisição do ativo.

j. Ativos por impostos diferidos

Ativos por impostos diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, a Corretora tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Ativos contingente** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

A Corretora participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais preveem o pagamento pela Corretora ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Banco. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da

concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

A Corretora concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais preveem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

m. Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas da Corretora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Corretora previsto em seu Estatuto Social, ou seja, a prática de operações ativas, passivas, derivativas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentares em vigor, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos. A Corretora poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. Além disto, a Administração da Corretora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Corretora do semestre findo em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 139.445 mil (06.2025 – R\$ 92.651), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto por:

	06.2026	12.2025
Disponibilidades	296	258
Operações compromissadas	-	1.111.641
Total	<u>296</u>	<u>1.111.899</u>

5 Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2026		2025	
	Estágio 1	Total	Estágio 1	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	651.640	650.588	1.490.339	1.490.339
Operações compromissadas	-	-	1.111.641	1.111.641
Títulos e Valores Mobiliários	651.640	650.588	378.698	378.698
Títulos Públicos	585.989	585.989	318.284	318.284
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	585.989	585.989	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	318.284	318.284
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.052	1.052	-	-
NDF	1.052	1.052	-	-

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2026

Cotas em Fundos de Investimento	64.599	64.599	60.414	60.414
Aplicação em Fundo Liquidação Bolsa	64.599	64.599	60.414	60.414
Ao custo amortizado (*)	3.016.937	3.016.937	2.533.792	2.533.792
Aplicação em depósitos interfinanceiros	1.880.532	1.880.532	956.834	956.834
Negociação e Intermediação de Valores	1.136.375	1.136.375	1.576.933	1.576.933
Recebíveis de clientes	30	30	25	25

(*) Em 30 de junho de 2026, a Corretora não possuía saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Dessa forma, o valor contábil dos ativos financeiros ao custo amortizado corresponde ao valor considerado recuperável pela Administração.

06.2026			
	Vencimento	Prazo	Valor
			Mercado
Ao valor Justo por meio do Resultado			651.640
Títulos e Valores Mobiliários			650.588
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1/3/2027	Até 1 ano	60.093
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1/9/2027	Até 3 anos	159.391
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1/3/2028	Até 3 anos	262.711
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1/9/2028	Até 3 anos	103.794
Aplicação em cotas FILCB (B3)	s/ vcto	-	64.599
Instrumentos financeiros derivativos			1.052
NDF	3/8/2026	até 3 meses	1.052
Ao custo amortizado			3.016.937
Aplicação em depósitos interfinanceiros	6/1/2027	Até 1 ano	1.880.532
Negociação e Intermediação de Valores	2/7/2026	Até 2 dias	1.136.375
Recebíveis de clientes	30/06/2027	Até 1 ano	30

12.2025			
	Vencimento	Prazo	Valor
			Mercado
Ao valor Justo por meio do Resultado			1.490.339
Operações Compromissadas			1.111.641
Letras do Tesouro Nacional - LTN	02/01/2026	1 dia	1.111.641
Títulos e Valores Mobiliários			378.698
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	01/03/2026	Até 3 meses	40.330
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	01/09/2027	Até 3 anos	139.905
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	01/03/2027	Até 3 anos	138.049
Aplicação em cotas FILCB (B3)	s/ vcto	-	60.414

Ao custo amortizado			2.533.792
Aplicação em depósitos interfinanceiros	05/01/2028	Até 3 anos	956.834
Negociação e Intermediação de Valores	03/01/2026	Até 2 dias	1.576.933
Recebíveis de clientes	31/12/2026	Até 1 ano	25

6 Valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros atrelados à taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

A Corretora tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Nível 1 - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 no semestre findo em 30 de junho de 2026.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 no semestre findo em 30 de junho de 2026, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Corretora para apurar seu valor justo:

	06.2026	
Ativos Financeiros	Nível 2	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	651.640	651.640
Títulos e Valores Mobiliários	650.588	650.588
Títulos Públicos	585.989	585.989
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	585.989	585.989
Cotas em Fundos de Investimento	64.599	64.599
Aplicação em Fundo Liquidação Bolsa	64.599	64.599
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.052	1.052
NDF	1.052	1.052

	12.2025	
Ativos Financeiros	Nível 2	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	1.490.339	1.490.339
Operações Compromissadas	1.111.641	1.111.641
Títulos e Valores Mobiliários	378.698	650.588
Títulos Públicos	318.284	585.989
Letras Financeiras do Tesouro (LTN)	318.284	585.989
Cotas em Fundos de Investimento	60.414	64.599
Aplicação em Fundo Liquidação Bolsa	60.414	64.599

7 Outros ativos

Os saldos classificados como outros ativos, possuem prazo de vencimento de até um ano e são compostos por:

	06.2026	12.2025
Valores a receber de Preço de transferência (*)	35.285	45.573
Valores a receber	-	13
Antecipações salariais	2.259	1.437
Despesas antecipadas	296	-
Outros adiantamentos	<u>1.216</u>	<u>518</u>
Total	39.056	47.541

(*) vide nota explicativa nº 14 de Partes relacionadas.

8 Impostos diferidos

a. Créditos tributários

- **Natureza e origem** - Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no montante de R\$ 31.699 (R\$ 16.062 em 12.2025), decorrem substancialmente de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de reconhecimento de receitas, despesas e ajustes. A composição do saldo está concentrada, principalmente, em valores relacionados à remuneração variável, que representa o maior componente, seguida pelos ajustes a valor de mercado. Tais diferenças geram ativo fiscal diferido, cuja realização ocorrerá à medida que os respectivos valores se tornem dedutíveis para fins fiscais, conforme a legislação aplicável.
- **Crítérios de constituição** - Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842/20, de 30 de julho de 2020, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 19.812 (R\$ 10.039 em 12.2025), e 15% para os créditos tributários para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 11.887 (R\$ 6.023 em 12.2025).

Em 30 de junho de 2026 (e em 31 de dezembro de 2025), conforme o prazo máximo de dez anos para realização de ativo fiscal diferido previsto na referida resolução, a Corretora não possuía créditos tributários não ativados de qualquer natureza.

Créditos Tributários por natureza	06.2026	12.2025
Curva e valor de mercado de operações de instrumentos financeiros	58	(6)
Remuneração Variável	31.641	16.068
Total	<u>31.699</u>	<u>16.062</u>

- **Expectativa de realização** - Conforme tabela abaixo:

Exercício	Crédito tributario	Valor presente (*)
2026	19.162	17.447
2027	6.062	5.017
2028	4.638	3.821
2029	1.837	1.498
Total	31.699	27.784

(*) O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

- **Valores constituídos e baixados no semestre** - A movimentação dos créditos tributários ativos no semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pode ser demonstrada como segue:

	06.2026	12.2025
Saldo Inicial	16.062	17.302
Constituição (Reversão)	24.001	16.062
(Realização)	(8.364)	(17.302)
Saldo final	31.699	16.062

b. Passivos por impostos correntes e diferidos

	06.2026	12.2025
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	67.326	47.212
Contribuição social a pagar	40.648	28.782
Outros impostos e contribuições a recolher	5.928	7.131
Total impostos correntes	113.902	83.125
Total passivos por impostos correntes e diferidos	113.902	83.125

9 Imobilizado de uso

Descrição	Taxas de depreciação - %	06.2026			
		Saldo Bruto	Aquisição/ (Alienação) no Semestre	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Operações de arrendamento	20	-	30.118	(1.354)	28.764
Equipamentos de uso	20	41.024	808	(37.952)	3.880
Total	20	41.024	30.926	(39.305)	32.644

10 Passivos financeiros a custo amortizado

Os Passivos Financeiros contabilizados ao custo amortizado são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes a liquidar em até dois dias, e por obrigações por empréstimos e repasses, que se refere a operações de arrendamento, sendo este valor a respectiva obrigação a valor presente, com realização em até 5 anos.

	06.2026	Total
Ao custo amortizado	1.163.544	1.163.544
Negociação e Intermediação de Valores	1.134.745	1.134.745
Obrigações por empréstimos e repasses	28.799	28.799
	12.2025	Total
Ao custo amortizado	1.575.578	1.575.578
Negociação e Intermediação de Valores	1.575.578	1.575.578

11 Outros passivos

Possuem prazo de liquidação de até 1 ano e são compostos por:

	06.2026	12.2025
Despesas de pessoal	88.623	155.723
Valores a pagar – Banco Morgan Stanley (*)	27.531	27.349
Juros sobre capital próprio	-	169.893
Outros pagamentos	<u>1.480</u>	<u>2.449</u>
Total	<u>117.634</u>	<u>355.414</u>

(*) referente a rateio de despesas.

12 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações do semestre:

	<u>06.2026</u>		<u>06.2025</u>	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do imposto	231.782	231.782	154.391	154.391
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	87	87	146	146
Incentivos	25	25	105	105
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização)a preço de mercado	(130)	(130)	(7)	(7)
Remuneração variável	39.223	39.223	26.577	26.577
Base de cálculo	270.987	270.987	181.210	181.210
IR/CS apurado	<u>67.326</u>	<u>40.648</u>	<u>45.186</u>	<u>27.182</u>
IR / CS sobre o resultado do semestre	<u>67.326</u>	<u>40.648</u>	<u>45.186</u>	<u>27.182</u>
Ativo/Passivo fiscal diferido	(9.773)	(5.864)	(6.643)	(3.985)
Total Líquido de IR/CS	<u>57.553</u>	<u>34.784</u>	<u>38.543</u>	<u>23.197</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 1.857.141 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2025, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 873.257 mediante a emissão de 873.257.471 novas ações ordinárias, sendo que R\$ 777.327 são provenientes da reserva estatutária e R\$ 95.931 da reserva legal da Sociedade, de acordo com o balancete patrimonial apurado em 30 de novembro de 2025.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 144.410 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) mediante a emissão de 144.409.442 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e quarenta e duas) novas ações ordinárias, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 26 de junho de 2026.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente.

Em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação de R\$ 169.893 mil a título de juros sobre capital próprio, calculados com base no lucro líquido estimado do exercício. Em 30 de abril de 2026, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 144.409 mil, mediante a capitalização parcial desses valores, conforme descrito na Nota 13(a).

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, foi aprovada a não distribuição dos dividendos apurados em 31 de dezembro de 2025.

c. Reserva legal

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

d. Reserva estatutária

O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros – Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória do Banco, podendo tal conta contábil ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

e. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 era a seguinte:

	06.2026	12.2025
Capital	2.165.801	2.021.391
Reservas de Lucros	230.185	90.740
Total do patrimônio líquido	2.395.986	2.112.131

14 Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

A Corretora mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Vencto.	06.2026	12.2025
Aplicações em operações compromissadas			
Banco Morgan Stanley S.A.	até 1 dia	-	1.111.641
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			
Banco Morgan Stanley S.A.	até 3 anos	1.880.532	956.833
Valores a receber por negociação e intermediação de valores			
Banco Morgan Stanley S.A.	Até 2 dias	-	32
Kona FIM - Investimento no Exterior	Até 2 dias	1.200	-
Caiciras FIM - Inv. no Exterior	Até 2 dias	6.096	1.466
Morgan Stanley Latam LLC	Até 2 dias	48.359	136.582
Outros ativos			
Morgan Stanley & Co. LLC	Até 1 ano	27.298	41.570
Morgan Stanley Co. PLC (*)	Até 1 ano	7.586	3.694
MS MUFG Securities Co. LTD (*)	Até 1 ano	402	309
Valores a pagar por negociação e intermediação de valores			
Banco Morgan Stanley S.A.	Até 2 dias	(2.214)	-
Morgan Stanley and Co Inc.	Até 2 dias	(21.808)	200
Kona FIM - Investimento no Exterior	Até 2 dias	-	(17.237)
Caiciras FIM - Inv. no Exterior	Até 2 dias	(973)	(36.958)
Morgan Stanley Capital Services	Até 2 dias	(276.457)	-
Morgan Stanley Latam LLC	Até 2 dias	(234.779)	(84.489)
Outros Passivos			
Banco Morgan Stanley S.A.	Até 1 ano	(3.511)	(14.396)
Morgan Stanley	Até 1 ano	(24.020)	(12.953)
Resultado do exercício		06.2026	06.2025
Rendas de prestação de serviços			
Morgan Stanley Latam LLC		64.410	58.777
Caiciras FIM - Inv. no Exterior		36.056	25.469
Morgan Stanley Capital Services		3.189	1.836
Morgan Stanley Co. PLC		-	527
Banco Morgan Stanley		3	4
Kona FIM - Investimento no Exterior		41	150
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros e em operações compromissadas			
Banco Morgan Stanley S.A.		119.648	93.710
Outras receitas operacionais			
Morgan Stanley & Co. LLC		41.830	20.393
Morgan Stanley Co. PLC (*)		14.329	14.756
MS MUFG Securities Co. LTD (*)		99	189
Outras despesas administrativas			
Banco Morgan Stanley S.A.		(19.379)	(16.111)

(*) O Grupo Morgan Stanley tem ainda, políticas globais de preços de transferência em vigor entre as entidades controladora e suas subsidiárias consolidadas consistentes com os padrões internacionais recomendados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e a regulamentação em vigor.

O grau de relacionamento das empresas do Grupo, as quais a Corretora possuía transações em 30 de junho de 2026 é:

- Banco Morgan Stanley S.A.: líder do Conglomerado Financeiro e pertencente ao mesmo grupo.
- Demais empresas relacionadas e fundos de investimento dos quais os cotistas são empresas pertencentes ao mesmo grupo

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo e/ou diretores estatutários do Conglomerado Morgan Stanley. Dessa forma os valores relativos a tal remuneração está sendo apresentados nas demonstrações financeiras do Banco Morgan Stanley S.A., visto ser o mesmo o líder do Conglomerado Financeiro.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Corretora participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o semestre, foram pagos R\$ 1.996 (06.2025 – R\$ 1.605) a título de previdência suplementar.

15 Instrumentos financeiros derivativos

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, a Corretora possuía saldo de R\$ 204 (12.2025 – não havia) com instrumentos financeiros derivativos, referente a NDF.

16 Provisão para passivos contingentes

A Corretora discute judicialmente a cobrança do PIS e COFINS sobre o ganho de capital obtido na alienação das ações da Bovespa Holding S.A – Em maio de 2018 a Administração decidiu efetuar o pagamento para afastar a exigibilidade dos débitos em discussão, passando de polo passivo para polo ativo na discussão do mérito da ação. Em caso de decisão favorável, a CTVM terá direito a restituir os valores efetivamente pagos.

Em 30 de junho de 2026, a Corretora informa que não possuía passivos contingentes trabalhistas, fiscais e cíveis, prováveis ou possíveis.

17 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços referem-se a corretagens recebidas pelas transações de negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 187.165 (R\$ 148.266 em 06.2025).

b. Outras despesas administrativas

Estão representadas por:

	06.2026	06.2025
Despesa de alocação de serviços - Banco Morgan Stanley	(19.379)	(16.111)
Despesa de prestação de serviços de terceiros	(4.192)	(5.339)
Despesas de aluguéis e condomínio	(5.210)	(6.678)
Depreciação e amortização	(3.755)	(2.455)
Despesas de viagens	(3.647)	(2.849)
Despesas com conectividade (data center)	(1.029)	(1.037)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(854)	(830)
Despesa de serviços técnicos especializados (*)	(142)	(738)
Despesas de representação	(477)	(357)
Despesas de seguros	(229)	(238)
Despesas de publicação	(40)	(41)
Despesas de água, energia e gás	(213)	(189)
Outras	(1.719)	(1.740)
Total	(40.886)	(38.602)

(*) Incluem despesas com auditoria externa, cujo montante está divulgado nas demonstrações financeiras do Banco Morgan Stanley.

c. Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se a:

	06.2026	06.2025
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(14.099)	(11.171)
Imposto sobre Serviços - ISS	(9.378)	(7.437)
Programa de Integração Social - PIS	(2.291)	(1.815)
Outras	(2.141)	(796)
Total	(27.909)	(21.219)

d. Despesas de pessoal

Estão representadas por:

	06.2026	06.2025
Despesas de pessoal - Proventos	(74.473)	(69.105)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(26.356)	(24.904)
Despesas de pessoal - Benefícios	(6.777)	(6.280)
Despesas com remuneração de estagiários	(869)	(849)
Despesas com treinamento	(61)	(110)
Total	(108.536)	(101.248)

e. Outras receitas/despesas operacionais

	06.2026	06.2025
Ajuste compensatório de preço de transferência	56.258	35.338
Variação cambial de provisões	947	1.322
Outros	(301)	(347)
Total	56.904	36.313

f. Patrimônio líquido exigido (Acordo de Basiléia)

O índice da Basiléia apurado de forma consolidada em 30 de junho de 2026 é de 28,73% (12.2025 - 22,52%).

g. Gestão de capital

A gestão de capital do Morgan Stanley tem como objetivo promover o uso conservador do capital, buscando assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades e adequado em relação às necessidades futuras de capital conforme demonstrados pelos testes de estresse e estratégias definidas na declaração de apetite por risco (RAS).

A responsabilidade pela gestão de Capital é da diretoria da instituição que designa atribuições à diretoria executiva, ao comitê de gestão de ativos e passivos (ALCO) e à Tesouraria Corporativa para execução das diretrizes estabelecidas na política planejamento e gestão de capital. A política de planejamento e gestão de capital estabelece as responsabilidades da estrutura de gerenciamento de capital, parâmetros necessários ao acompanhamento e controle dos níveis de capital, métodos de garantia de cumprimento da política e governança.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>. (não auditado)

Os riscos operacional, de mercado, liquidez e crédito estão compreendidos na estrutura de gestão de riscos do grupo Morgan Stanley no Brasil e o relatório detalhado pode ser encontrado no endereço eletrônico do Banco.

18 Gestão de riscos

Os riscos operacional, de mercado, liquidez e crédito estão compreendidos na estrutura de gestão de riscos do grupo Morgan Stanley no Brasil e o relatório detalhado pode ser encontrado <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital> (não auditado).

Risco operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

O Departamento de risco operacional do Conglomerado Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e

regulamentação local vigente. A estrutura de gerenciamento estabelece papéis e responsabilidades, através de um processo de governança local e em Nova Iorque, prevê procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais que inclui o processo de autoavaliação de riscos e controles, captura e registro de incidentes de risco operacional e monitoramento de ações corretivas, além de um processo de comunicação estruturado. As atividades de gerenciamento de risco e suas ferramentas são compatíveis com a natureza e complexidades dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas implementados pelo Conglomerado Morgan Stanley.

Risco de mercado

O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de negócios do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado também inclui o Risco das Taxas de Juros na Carteira Bancária (“IRRBB”) que é definido como o risco de uma mudança nas taxas de juros que possam resultar em mudanças de capital ou receitas futuras de ativos e passivos das exposições de não-negociação do Conglomerado Morgan Stanley.

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com o auxílio do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a identificação, mensuração e avaliação desses riscos. O Comitê de Riscos Brasil supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que os mesmos sejam monitorados e reportados de forma correta.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é composta pelo Comitê de Riscos Brasil e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”). Além disso, as Unidades de Negócios (“BUs”) também são responsáveis por gerenciar as exposições ao risco de mercado.

Risco de liquidez

O risco de liquidez, inerente das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley, é o risco de que a instituição não seja capaz de honrar suas obrigações financeiras em tempo hábil ou liquidar seus ativos a um preço justo de mercado. O risco de liquidez engloba os riscos associados às captações em períodos de crise desencadeados por mudanças inesperadas nas necessidades de recursos ou incapacidade de realizar novos financiamentos

Risco de crédito

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por avaliar, classificar e definir limites às Contrapartes da Instituição, além de monitorar e gerenciar riscos decorrentes de exposições relacionadas a essas contrapartes. Quando existentes, o departamento também avalia, monitora e gerencia riscos de operações de empréstimos e financiamento.

O Risco de Crédito é medido através da probabilidade de inadimplemento da contraparte, que ocorre quando a mesma não efetua o pagamento de suas obrigações contratuais no vencimento.

O Risco de Crédito é minimizado através da utilização de mecanismos de acompanhamento e determinação de limites com base na situação financeira da contraparte.

19 Evento subsequente

A administração avaliou potenciais mudanças de eventos subsequentes e não identificou impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2026.